

res Conselheiros no exercício de 1981 a 1982, até 17 de agosto passado. 2) Em atendimento à recomendação constante de voto emitido pelo Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, no Processo 1522/80, sobre o Projeto de Lei nº 2631-A, de 1980, de autoria do Deputado Mário Stamm, a Presidência baixou a Resolução nº 2, recomendando aos órgãos ou órgão similar, na preparação da semi-liberdade e assistência pós-penal, a documentação completa do preso (certidão de casamento, carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira de saúde, título de eleitor, certificado de reservista) para sua reinserção social. 3) Através de Ofício da Presidência do CNPP solicitou ao Senhor Chefe do Gabinete do Ministro de Estado da Justiça, que determine providências junto à sua Assessoria Parlamentar, no sentido de obter do Congresso Nacional os Projetos de Lei que tratam de assuntos relativos ao Sistema Penitenciário. 4) Atendendo solicitação do Jornal "TRIBUNA DE MINAS" de Juiz de Fora, sobre o Instituto da Prisão Alberque, foi expedida nota sobre o assunto. 5) da Procuradoria Geral da Justiça do Distrito Federal, foi recebido o expediente nº 102/81, informando que encaminhou com as recomendações necessárias, aos membros do Ministério Público, do Distrito Federal e dos Territórios, a Resolução nº 2, deste Conselho, que trata da documentação do preso. 6) Do Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, recebemos cópia de nota jornalística de sua autoria sob o título "Sistema Penitenciário da Paraíba", onde demonstra a situação dos estabelecimentos prisionais daquele Estado. 7) Da Universidade de Brasília, recebemos Telex informando sobre a liberação da verba de 500.000,00, destinada à aquisição de passagens para o Congresso. 8) Além da correspondência mencionada recebemos as seguintes sugestões aos anteprojetos de Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal: do Estado de Santa Catarina, procedente da Associação dos Magistrados; do Estado do Rio de Janeiro, procedentes do Instituto dos Advogados Brasileiros e dos Professores Menna Barreto, João Tavares, Ernesto Borges e Antônio Cláudio Bocaiuva; do Estado de Minas Gerais, procedentes da Universidade Federal de Juiz de Fora, da Universidade Federal de Uberlândia e do advogado Evaristo Toledo; do Estado de São Paulo, procedente da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso; do Estado da Bahia, procedente da Associação dos Delegados de Polícia de Brasília, procedentes do Tribunal de Justiça, do Deputado Jorge Vianna e do Eminentíssimo Conselheiro do CNPP JASON SOARES ALBERGARIA. Ao iniciar os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente participou do Conselho que na próxima reunião pretende tratar de assunto pertinente a Indulto Natalino. Veiculando ao tema o Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA apresentou minutas de Exposição de Motivos e Projeto de Decreto que foram entregues para apreciação ao Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, que as devolverá, em tempo hábil, à Secretaria do CNPP para remessa e conhecimento dos demais Conselheiros. A seguir o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro HEBER SOARES VARGAS, incumbido através do Ofício CNPP/Nº 048 de relatar sobre "Tombamento das Prisões Antigas do Brasil". O relator iniciou sua exposição demonstrando a fase em que o tema teve o seu advento no Ministério da Justiça, bem como o seu andamento administrativo a sua validade e importância. Destacou o assunto como objetivo primordial pelo seu caráter científico-cultural e legado histórico. Em nuances falou sobre as primeiras providências históricas relativas à proteção ao acervo de arte antiga e aos monumentos e valor histórico existentes no Território Nacional. Ao concluir o seu relato, emitiu o que se segue: "Somos de parecer favorável pelo Tombamento de Estabelecimentos Prisionais, pois o mesmo constitui um preceito constitucional e uma obrigação do Ministério da Justiça. Além de apresentar a história de toda a política penitenciária brasileira é ainda, o acervo histórico prisional de nosso país. Sua obra arquitetônica será sem dúvida, o legado histórico que o Conselho Nacional de Política Penitenciária deverá preservar e zelar, não somente como fato cultural mas, também e principalmente, como fato histórico-científico". Os Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES FILHO e RENÉ ARIEL DOTTI cumprimentaram o relator pelo trabalho apresentado e o Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO somando à colocação dos Senhores Conselheiros mencionados indagou ao relator se na feitura de seu parecer havia levado em conta os aspectos sobre jurisdição administrativa, situação

ção econômico-patrimonial do bem tombado e conhecimento da Lei Italiana nº 1089, de 19 de junho de 1939. Ao responder o relator solicitou à Presidência que além da nomeação que fizera no sentido de que o Senhor Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO viesse a implementar a execução de tombamento em Estabelecimentos Prisionais no Brasil, também o solicitasse que fundisse em um único projeto os pareceres relativos a Tombamento e Museu Penitenciário. A proposição foi aceita pela Presidência que ainda resolveu indicar os Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES FILHO e RENÉ ARIEL DOTTI, para em prestarem a sua colaboração neste assunto. A seguir o Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA solicitou a palavra para manifestar cumprimentos à Presidência, pela publicação dos ANAIS CNPP-ANO I. Nesta oportunidade os Senhores Conselheiros RENÉ ARIEL DOTTI, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES e JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS também formaram cumprimentos e solicitaram que referidos ANAIS fossem remetidos a vários órgãos do governo e institutos de classe. Ao agradecer os cumprimentos mencionados, o Senhor Presidente os estendeu ao DEPEN e à Secretaria do CNPP. Agradeceu, especialmente, aos Senhores Conselheiros RICARDO ANTUNES ANDREUCCI e SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO pela obra que recebera, artisticamente encadernada, contendo os anteprojetos de Código Penal, de Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal. Conforme previsto, o Senhor Presidente suspendeu a sessão por quinze minutos a fim de receber para um encontro prévio-congresso, os Senhores Vice-presidentes, Presidentes e Secretários das Comissões do I Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária, com abertura marcada para às 20:30 horas da presente data. Presentes os Senhores Conselheiros do CNPP já mencionados no início desta e os Senhores Ministro EVANDRO LINS E SILVA, Professores CANUTO MENDES DE ALMEIDA, JOSÉ FREDERICO MARQUES, FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, JOSÉ FRANCISCO PAES LANDIM, LUIZ VICENTE CERNICCHIAPO, MIGUEL REALE JÚNIOR, ROGÉRIO LAURIA TUCCI, EUCLIDES PEREIRA DE MENDONÇA, Juíza MARIA DAS GRAÇAS SILVA ALBERGARIA DOS SANTOS COSTA, Doutores ARTHUR DE CASTILHO NETO, ALMIRO GERIM AMORIM e OYAMA TELLES BRANDÃO, representado por seu Assessor, ANTONIO ALBERTO SIMÕES. Abrindo os trabalhos desta etapa o Senhor Presidente cedeu a palavra ao Coordenador Científico do Congresso, Professor FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, que após considerações gerais sobre o andamento das atividades que lhe foram atribuídas apresentou a pauta relativa aos trabalhos pertinentes aos dias 28, 29 e 30 últimos passados - o seu conteúdo demonstrava os títulos dos trabalhos e seus respectivos expositores. Em seguida o Senhor Presidente passou a palavra a todos os Presidentes de Comissão, iniciando pelo Senhor Professor JOSÉ FREDERICO MARQUES, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, RENÉ ARIEL DOTTI, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, NABOR CESAR SIQUEIRA e ARTHUR DE CASTILHO NETO. Após entrosamentos gerais inter e intra Comissões, o Senhor Presidente passou a palavra ao Coordenador Executivo do Congresso Professor ANTONIO ZAPPALÁ, que informou ao Plenário das providências administrativas desencadeadas até então para a realização do conclave. Anexo a esta destacamos a solenidade de abertura do Congresso às 20:30 horas de 27, passado, com a conferência proferida pelo Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça, que enfatizou as necessidades da clientela prisional no que tange a sua reeducação e reinserção social. Dos trabalhos apresentados ao Congresso pelas relevantes autoridades jurídicas do País, concluiu-se pela Carta de Princípios que se segue: CARTA DE PRINCÍPIOS - "Reunidos em Brasília para o Primeiro Congresso Brasileiro de Política Criminal e Penitenciária, estudiosos das questões penais - Professores, Magistrados, Membros do Ministério Público, Advogados, Parlamentares, Cientistas Sociais, Psicólogos e estudantes universitários - após análise dos anteprojetos do Código Penal (Parte Geral), do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal, registram o empenho e o esforço realizados para a proposta de uma reforma da legislação, de premente interesse nacional, que cresce de intensidade na medida em que a Nação se defronta com os mais complexos problemas, na administração da justiça criminal e na organização penitenciária do País. Os Textos dos anteprojetos que foram apresentados ao exame da comunidade jurídica nacional, mereceram aplausos e sofreram críticas, recebem do valiosas contribuições para o seu aperfeiçoamento. Surgiram novas sugestões, que serão consideradas e encaminhadas ao Governo